

DIVERSIDADE DE PÚBLICO E POLÍTICAS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

YBARROLA, Leodirene Aparecida Ferreira – Centro Universitário Fundação Assis Gurgacz¹
NASCIMENTO, Maria Aparecida dos Santos do – Centro Universitário Fundação Assis Gurgacz¹
CAVALHEIRO, Silvia da Aparecida – Centro Universitário Fundação Assis Gurgacz²

RESUMO

As desigualdades sociais e culturais têm contribuído para que parte da população brasileira não conclua seus estudos no Ensino Básico ou não chegue ao Ensino Superior. Embora, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, o Ensino Fundamental seja obrigatório, muitos jovens desistem dos estudos para trabalhar devido à falta de recursos financeiros. Tal público, porém, se depara com as exigências do mercado de trabalho e com a necessidade de ingressar em cursos técnicos, circunstâncias essas que levam jovens e adultos a voltarem à escola. A presente pesquisa é motivada por mudanças que ocorreram na Educação de Jovens e Adultos (EJA) a partir dos anos de 1990, bem como pela disciplina da EJA no curso de Pedagogia, tendo como orientação as Diretrizes que fundamentam o trabalho do professor, observando as metas a serem atingidas por meio do Plano Nacional de Educação. A metodologia deste trabalho é de cunho bibliográfico e natureza qualitativa, pois apresenta um estudo de leis, documentos governamentais e obras de autores sobre a área, tais como Saviani (1999), Gadoti e Romão (2000) e Marconi e Lakatos (2001). Este artigo é uma pesquisa inicial de teorias que objetivam demonstrar a importância da EJA e de Políticas Públicas que possibilitem o atendimento à população que procura essa modalidade de ensino.

PALAVRAS-CHAVE: Educação; Jovens e Adultos; Políticas Públicas.

DIVERSITY AND YOUTH EDUCATION POLICIES AND ADULTS

ABSTRACT: The social and cultural inequalities have contributed to the fact that part of the Brazilian population does not complete basic education or does not have access to Higher Education. Although, according to the National Educational Bases and Guidelines Law no. 9394/96, the elementary education is mandatory, many young people quit studies in order to work due to the lack of financial resources. Such public, however, comes across the job market requirements and the need of taking technical courses, circumstances that lead young people and adults to go back to school. The present research is motivated by the changes that occurred in Youth and Adult Education since the nineties, as well as the subject of Youth and Adult Education from Pedagogy's course. This paper follows the guidelines which support teacher's work, observing the goals meant to be reached by means of the National Education Plan. The methodology of this paper has a bibliographic and qualitative nature, because it presents a study of laws, government documents and authors' books about the area, such as Saviani (1999), Gadoti and Romão (2000) and Marconi and Lakatos (2001). This article is an initial research of theories that aim at demonstrating the importance of Youth and Adult Education and Public Policies which enable the service to the population that seeks this teaching modality.

KEYWORDS: Education; Youth and Adults; Public Policies.

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa é um estudo introdutório sobre os pressupostos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e suas mudanças a partir dos anos 90 até os dias atuais. Para tanto fundamenta-se em documentos como as Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos (2006), em leis, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394/96, e em autores que discutem a temática,

¹ Acadêmicas do 8º Período de Pedagogia, do Centro Universitário Fundação Assis Gurgacz – FAG. E-mail – leuzinha_mau@hotmail.com / apahrecida@hotmail.com.br

² Professora Especialista orientadora do Trabalho de Conclusão de Curso, do 8º Período do Curso de Pedagogia, do Centro Universitário Fundação Assis Gurgacz – FAG. E-mail – profesilviafag@hotmail.com

como Gadoti e Romão (2000) e outros. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, pois a bibliografia consultada levará o pesquisador a explorar a historicidade do seu tema com as discussões atuais, de certa forma é o contato direto do pesquisador com os estudos já reconhecidos por fontes científicas, segundo Oliveira (2012).

A pesquisa bibliográfica é uma modalidade de estudo e análise de documentos de domínio científico tais como livros, enciclopédias, periódicos, ensaios críticos, dicionários e artigos científicos. Pode-se afirmar que grande parte de estudos exploratórios fazem parte desse tipo de pesquisa e apresentam como principal vantagem um estudo direto em fontes científicas, sem precisar recorrer diretamente aos fatos/fenômenos da realidade empírica (OLIVEIRA, 2012, p. 69).

Com base nestas bibliografias pesquisaremos sobre como as desigualdades sociais e culturais têm contribuído para que determinada parte da população não consiga prosseguir em seus estudos. Conforme consta na Lei de Diretrizes e Bases, nº 9394/96, no artigo 32, o Ensino Fundamental obrigatório, “[...] com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão” (BRASIL, 1996, p. 11). No entanto, parte significativa dos jovens abandonam seus estudos devido à necessidade de buscar mais recursos para melhorar suas condições de vida. Essas pessoas enfrentam dificuldades no momento de competir por uma vaga de emprego ou ingressar em um curso técnico, já que o atual mercado de trabalho exige aprimoramento e qualificação. Diante disso, muitos decidem voltar às salas de aula.

Ao analisar autores e documentos que estabelecem as políticas que fundamentam as melhorias da Educação de Jovens e Adultos no país, fomos surpreendidos com a quantidade de escritos que tratam deste assunto. Como futuros profissionais que seremos, temos o intuito de provocar inquietações nos futuros professores para que reflitam sobre o poder e a ideologia produzidos por seus discursos, de tal modo que tenham consciência e conhecimento para ensinar sem fugir do que consta nos documentos e leis. Nesse sentido, as práticas pedagógicas trabalhadas em sala de aula devem incentivar os educandos a continuar sua escolarização e socialização na ação do conhecimento com a dinâmica da democratização do saber.

2. REFERENCIAL TEÓRICO OU FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A partir das referências bibliográficas pretende-se realizar uma análise documental da qualidade do ensino da EJA em vários contextos, considerando os discursos de erradicação do analfabetismo no país. Na sequência, procura-se compreender tais mudanças e retrocessos que regem a Educação de Jovens e Adultos dentro dos ambientes educacionais, já que, por meio da

leitura do Plano Nacional de Educação (PNE), verificam-se metas para a EJA, portanto, apresentaremos os objetivos que foram alcançados no decorrer dos dez anos de vigência do plano bem como o que se pretende atingir com ele.

2.1 DIVERSIDADE SOCIAL EM QUE OCORRE A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E SUAS POLÍTICAS

A Educação de Jovens e Adultos surgiu a partir da necessidade de pessoas adultas de adquirirem conhecimentos para desempenharem melhor suas capacidades, seja no trabalho, seja na vida pessoal. Desde então, campanhas foram desenvolvidas para que a Educação chegasse a todos. Pensando na mudança de vida dos cidadãos oportunizada pela apropriação do conhecimento, Lourenço Filho (1948 *apud* BEISIEGEL, 2013), idealizador da Campanha de Alfabetização de Adultos, já antecipava que esta não era só uma necessidade, mas era também uma exigência do mundo do trabalho.

No Brasil Colônia, o ensino tinha um caráter religioso, não voltado para a produtividade no trabalho, pois a maioria dos trabalhadores era composta por escravos. Só em 1925, por meio da Reforma João Alves, ofereceu-se o ensino noturno para adultos, enveredando um conceito de Educação popular, aquela que devia ser oferecida ao povo. Para atender aos interesses de uma classe dominante, em 1930, iniciou-se um movimento contra o analfabetismo, buscando aumentar o contingente eleitoral.

A Educação de Jovens e Adultos diz respeito a adultos que na sua maioria são migrantes de área rurais, que não tiveram oportunidade de escolarização em sua infância; são jovens inseridos na educação de adultos, com Currículo irregular, geralmente em busca de curso supletivo. Atualmente, discorrer sobre alfabetismo e letramento exprimem uma noção de Alfabetização com uma visão empobrecida do Ensino Regular e seus conteúdos mínimos.

A UNESCO difundiu sobre o analfabetismo funcional, a fim de convencer sobre o benefício de se ensinar a ler e escrever, e colocou em destaque o conceito do que é Alfabetização, pois o adulto que está inserido no mundo do trabalho e das relações interpessoais de um modo diferente com essa complexidade trazem habilidades e dificuldades com maior possibilidade de reflexão sobre o conhecimento e sobre seus próprios processamentos de aprendizagem. Enfatizando-se sobre os altos índices de evasão e repetência nos programas de Educação de Jovens e Adultos a falta de reciprocidade entre escola e os alunos, são aspectos de exclusão de jovens ou adolescentes

da escola regular que funciona com base específicas e com uma linguagem particular a qual deveria ser conhecida por todos que estão inseridos no ambiente escolar, segundo Ribeiro, (2001).

Do mesmo modo, falar de um jovem abstrato não localiza historicamente qual é esse jovem, que convive, pelo menos parcialmente, com pessoas de idade mais avançada em cursos escolares destinados àqueles que não puderam seguir o caminho da escolaridade regular, e que constitui objeto da área denominada “educação de pessoas jovens e adultas”. (RIBEIRO, 2001, pág.19).

O interesse em alfabetizar os cidadãos adultos se deve à falta de mão de obra no mercado de trabalho, possibilitando aos indivíduos a extensão da educação como forma de serem valorizados na sociedade. Esta valorização parte de como será desenvolvido seu trabalho do ponto de vista material e cultural, convertendo assim a uma simples diferenciação geral do trabalho na sociedade, tanto nos aspectos culturais como nos aspectos econômicos do país. Por muitos anos, a Educação de adultos foi tratada no conjunto, sendo a única forma de educação de adultos praticada no país. Segundo as Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos (2006), o analfabetismo:

[...] foi compreendido como um “mal e uma doença nacional” e o analfabeto como “inculto, preguiçoso, ignorante e incapaz”. O domínio da leitura e da escrita foi valorizado para a execução das emergentes técnicas de produção industrial, frente ao acelerado processo de urbanização do país (PARANÁ, 2006, p. 17).

Em 1945, houve o fortalecimento dos princípios democráticos com a criação da Unesco, solicitando aos países integrantes esforços no sentido de educar a população adulta analfabeta. Logo depois, foi proposta uma Campanha de Educação de Adultos, abrindo uma discussão sobre o analfabetismo e a Educação de Adultos no Brasil, sendo vista como causa e não como acaso do desenvolvimento. As políticas para EJA sempre estiveram em debate em vários segmentos dos direitos à Educação. Em 1948, quando foi criada a Declaração dos Direitos Humanos, a Unesco já pensava em uma forma de Alfabetização dos Adultos conforme está no Art. 26:

1.Toda a pessoa tem direito à educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino elementar fundamental. O ensino elementar é obrigatório. O ensino técnico e profissional dever ser generalizado; o acesso aos estudos superiores deve estar aberto a todos em plena igualdade, em função do seu mérito. 2. A educação deve visar à plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos do Homem e das liberdades fundamentais e deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos, bem como o desenvolvimento das atividades das Nações Unidas para a manutenção da paz. 3.Aos pais pertence a prioridade do direito de escolher o género de educação a dar aos filhos (UNIDAS, 2016, p. 06).

Em contrapostos a como a Educação era dirigida, em 1950 houve uma crítica sobre como se dirigia a Educação de Jovens e Adultos no país, denunciando o método superficial dos conteúdos e ao material didático como, a elaboração das cartilhas em algumas regiões do país. Tais críticas consolidaram um novo paradigma para a Educação de adultos, referenciando assim um dos principais alfabetizadores como o pernambucano Paulo Freire. De acordo com Soek, Haracemiv, Stoltz (2009):

Os programas de alfabetização popular foram empreendidos em grande parte por alfabetizadores leigos, estudantes e católicos engajados numa ação política junto aos grupos de vertentes populares. Esses diversos grupos de alfabetizadores articularam-se e passaram a pressionar o governo federal para que os apoiassem e estabelecessem uma coordenação nacional para as iniciativas da sociedade civil (SOEK, HARACEMIV, STOLTZ, 2009, p. 12).

Foi no ano de 1961, com a elaboração da primeira Lei de Diretrizes e bases da Educação LDB 4021/61, que devido ao grande número de adultos que ainda não tinham conhecimento nenhum sobre como ler e escrever, dispôs-se em seu Art. 27: “O ensino primário é obrigatório a partir dos sete anos e só será ministrado na língua nacional. Para os que o iniciarem depois dessa idade poderão ser formadas classes especiais ou cursos supletivos correspondentes ao seu nível de desenvolvimento” (BRASIL, 1961, p. 06).

Com o crescimento industrial, as empresas também deveriam se mobilizar para que seus trabalhadores fossem alfabetizados, estabelecendo-se assim uma obrigatoriedade imposta pelo Governo perante às empresas, conforme consta no Artigo 31:

Art. 31. As empresas industriais, comerciais e agrícolas, em que trabalhem mais de 100 pessoas, são obrigadas a manter ensino primário gratuito para os seus servidores e os filhos desses.

§ 1º Quando os trabalhadores não residirem próximo ao local de sua atividade, esta Obrigação poderá ser substituída por instituição de bolsas, na forma que a lei estadual Estabelecer.

§ 2º Compete à administração do ensino local, com recurso para o Conselho Estadual de Educação zelar pela obediência ao disposto neste artigo (BRASIL, 1961, p. 06).

Com o Golpe Militar, ocorrido em janeiro de 1964, foi aprovado o Plano Nacional de Alfabetização que disseminou por todo o Brasil o programa de Alfabetização proposto por Paulo Freire, constituindo assim o início de uma nova etapa na Educação, a chamada “educação bancária”. Paulo Freire criticava esta forma de Educação, para ele, neste tipo de Educação o analfabeto era alguém que não possuía cultura, no qual o conhecimento era depositado numa espécie de banco. De acordo com, Soek, Haracemiv, Stoltz (2009):

Neste momento houve várias mudanças no campo das políticas sociais, e, em especial na Educação de Jovens e Adultos. Pessoas e grupos que estavam, até então, voltados para os trabalhos de Educação popular foram reprimidos e os responsáveis expulsos do país, entre os quais, Paulo Freire” (SOEK, HARACEMIV, STOLTZ, 2009, p. 15).

Com o Governo militar foram proibidos alguns livros e programas de Alfabetização no país, pois o Governo só permitia os programas que eram de caráter assistencialista e conservador. A Educação de adultos chegou a ser encerrada em alguns Estados devido a própria pressão do governo. No entanto, isso levou o Governo a lançar um novo programa que possibilitasse a erradicação do analfabetismo, então, no ano de 1967 foi criado o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), este programa demonstrou a necessidade de continuar a escolarização aos jovens e adultos.

Em 1971 foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 5.692 de 1971, a qual criava o Ensino Supletivo, que foi, sem dúvidas, o maior realce de inserção escolar daqueles não tiveram apropriação do conhecimento na época certa. Os conteúdos propostos pelo Mobral, consistiam em codificação e palavras preestabelecidas elaboradas da mesma forma para todo o Brasil, um ensino focado apenas em ensinar a ler, escrever e contar, com a finalidade de alcançar tais objetivos, foram criados materiais didáticos como: livros-textos, livro-glossário, livro para exercitar o cálculo e livro do alfabetizador.

Portanto os métodos do Mobral não partiam do diálogo ou da realidade dos que buscavam a Educação, mas sim de lições adequadas ao contexto militar. A capacitação dos profissionais que atuavam na Alfabetização de Adultos era voltada para uma Didática que fizesse com que os trabalhadores desempenhassem melhor suas funções no trabalho, o que motivou a uma Educação voltada ao Modelo Tecnista. Segundo, Soek, Haracemiv, Stoltz, (2009):

No modelo Tecnista, o ensino é representado por padrões de comportamento que podem ser mudados por meio de treinamentos. A aprendizagem consiste num arranjo e planejamento contínuos de esforços (elogios, graus, notas, prêmios, reconhecimento do mestre e dos colegas, prestígios). É o alfabetizador quem deve dirigir o ensino para assegurar a aquisição dos padrões da leitura, da escrita e do cálculo e prever o repertório final desejado (SOEK, HARACEMIV, STOLTZ, 2009, p. 17).

O Mobral esteve presente por um longo período na História do Brasil, mas em 1985 ele foi extinto, sendo substituído pela Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos (Fundação Educar), que abandonou os programas e passou a ser apoiada financeiramente e tecnicamente por iniciativas não governamentais (ONGs), entidades civis e empresas. Até os dias atuais nos

deparamos com professores e alunos que presenciaram este Período na História da Educação de Jovens e Adultos no Brasil.

Com a Constituição Federal de 1988, a EJA passou a ser dever do Estado, viabilizando parcerias com organizações da sociedade civil e o Estado, municipalizando campanhas com medidas de iniciativas de Alfabetização para Jovens e Adultos, mas com todo esse incentivo a população rural ainda se encontrava com um índice bastante alto de analfabetismo.

Foi no Ano de 1990, com a realização da Conferência Mundial de Educação para Todos que apresentou-se a dramática realidade da Educação de Jovens e Adultos no mundo. Este mesmo ano foi considerado pela UNESCO como o Ano Internacional da Alfabetização, intensificando assim uma série de medidas voltadas à Educação dos adultos. Adentrando-se a década de 1990 iniciou-se o Ensino Supletivo, o que de certa forma contribuiu para que muitos educandos evadissem do Ensino Regular indo para esta modalidade com o intuito de acelerar o término dos seus estudos. Foi também nesta década que foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, tornando a EJA uma modalidade da Educação Básica nas etapas de Ensino Fundamental e Médio.

Com base na LDB nº 9394/96, no artigo 37, a EJA é “[...] destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental e Médio na idade própria” (BRASIL, 1996, p. 14). Com relação ao público atendido pela EJA, trata-se de alunos que trazem consigo uma bagagem de conhecimentos produzidos a partir de experiências vividas na sociedade. Por isso, merecem uma atenção especial do educador, que precisa buscar métodos para contextualizar as situações de aprendizagem de forma significativa, partindo da experiência do próprio aluno e considerando elementos como a cultura, o trabalho e o tempo.

Pensando em melhorias para a EJA, no ano 2000, o Governo Federal criou o Programa Alfabetização Solidária, cujo o objetivo era desencadear a oferta pública de EJA nos municípios, desenvolvendo um trabalho junto às prefeituras viabilizando a continuidade dos estudos dos alunos egressos visando garantir a elevação de escolaridade da população, de forma a mobilizar os municípios a elaborarem projetos solicitando recursos junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para capacitarem seus professores e a também a aquisição de livros intensificando a melhoria da qualidade do ensino da EJA.

Conforme proposto pelas Diretrizes da Educação de Jovens e Adultos, incluindo o Plano Nacional para a EJA – PNE (2001), a modalidade da EJA deve ofertar formação nas oito séries do Ensino Fundamental, reconhecendo a necessidade de materiais didáticos e técnicas pedagógicas

apropriadas, além de proporcionar uma formação específica para os professores que atuam com esses alunos. Para tanto, como forma de incentivar os adultos a procurar a alfabetização, as Diretrizes do PNE também estabelecem a “integração dos programas de Educação de Jovens e Adultos com a Educação Profissional aumentando sua eficácia, tornando-os mais atrativos” (BRASIL, 2001). Daí a importância da parceria com as empresas conciliando um horário de maneira que o aluno que tenha interesse pela Educação receba o incentivo das empresas. Neste momento o Governo abre concessões para que as empresas recebam licença para a implantação de Cursos de Formação de Jovens e Adultos dentro do próprio local de trabalho. Assim, percebe-se que esse fato é um diferencial da EJA, que, por ser apropriada às necessidades dos alunos, contribui para que muitos consigam permanecer estudando. De acordo com o Plano Nacional de Educação (PNE), uma das metas do governo é assegurar:

[...] que os sistemas estaduais de ensino, em regime de colaboração com os demais entes federativos, mantenham programas de formação de educadores de jovens e adultos, capacitados para atuar de acordo com o perfil da clientela, e habilitados para no mínimo, o exercício do magistério nas séries iniciais do Ensino fundamental, de forma que atenderá à demanda dos órgãos públicos e privados envolvidos no esforço de erradicação do analfabetismo (BRASIL, 2001, p. 103).

Com a aprovação do PNE, o objetivo do Governo é erradicar o analfabetismo de jovens e adultos, de forma a “Assegurar, em cinco anos, a oferta de Educação de Jovens e Adultos equivalente às quatro séries iniciais do Ensino Fundamental para 50% da população de 15 anos e mais que não tenha atingido este nível de escolaridade” (BRASIL, 2001, p. 100).

Por meio da leitura de pesquisas sobre os contextos do Brasil neste século, identifica-se a presença marcante dos conceitos de integração nacional e diversidade cultural de forma diferenciada nos vários momentos da história brasileira. Como explicado por Amaral (2000), o conceito de integração:

[...] pode ser entendido como sinônimo de homogeneização territorial, cultural e política, e ao mesmo tempo, pode ser compreendido como sinal e possibilidade de enraizamento do homem em seu tempo transitório, para as mudanças possíveis de serem feitas e também possíveis para afirmar a construção dinâmica de sua identidade nos seus vários tempos e em seus mais variados espaços (AMARAL, 2000, p. 3).

O docente que irá trabalhar na alfabetização dos adultos deve considerar que o adulto terá uma imaginação mais rápida no sentido do que se deve aprender, portanto ele encontrará várias dificuldades como, por exemplo: os adultos, pelo fato de sua coordenação estar exposta a outras

funções no dia a dia do trabalho podem apresentar dificuldades de desenvolvimento da coordenação motora para desenvolver a escrita, como a elaboração de pequenas palavras, outro fator que o professor pode encontrar dificuldade é de como trabalhar com a inserção de Jovens e Adultos com necessidades especiais.

Tais conceitos como os que estão descritos acima são apresentados pela literatura, nos discursos oficiais, nas decisões a serem tomadas, nas políticas adotadas e nos métodos pedagógicos utilizados nas escolas no que concerne à EJA. No sentido de questionar ou referendar as decisões governamentais democráticas ou autocráticas, e por estarem integralmente ligadas à realidade dos que buscam a educação, compreende-se a importância de apreender as contradições e o movimentos apresentados pela dinâmica da história brasileira, constituída de grande diversidade étnica e cultural, muitas vezes negada em função de políticas estrategicamente integradoras. Como já afirmava Beisiegel (2013), a Educação, especialmente a EJA, tem sido frequentemente vista como um meio de formação de agentes responsáveis pela construção de um futuro almejado.

Outro fator a ser destacado segundo Moraes (2007, *apud* Loch et al., 2009):

É que a EJA sempre se constitui como um espaço ocupado pelos segmentos discriminados da sociedade brasileira. Seja nos anos 40 do século passado, seja no início do século XXI, a EJA sempre trabalhou com os excluídos, com as “minorias”, com os “diferentes” e com as “diferenças”, (LOCH et al., 2009, pag. 92,93).

Um dos ambientes que também a EJA atinge são os espaços socioeducacionais, em que a educação se apresenta como um instrumento de equalização social, com vistas à superação da marginalidade. Dentro desses espaços, porém, também se encontram inseridos jovens com cumprimento socioeducacional, Saviani (1999) destaca que:

Nesse contexto, a Educação é entendida como inteiramente dependente da estrutura social geradora de marginalidade, cumprindo aí a função de reforçar a dominação e legitimar a marginalização. Nesse sentido, a Educação, longe de ser um instrumento de superação da marginalidade, se converte num fator de marginalização [...] (SAVIANI, 1999, p. 16-17).

No entanto, atualmente as políticas públicas para a EJA não são pensadas como forma de acabar com as diferenças, mas sim com interesses que beneficiam a sociedade e os governantes, podemos dizer que a Educação predomina sobre os educandos como compensatória, interpretada assim como equalização social da marginalidade. É por meio da ação pedagógica, explicitada nos discursos políticos, que a garantia da inserção dos indivíduos na sociedade poderá acontecer, porém às vezes falta engajamento e esforços que contribuam para que o educando que cumpre medida

socioeducativa encontre apoio para ser inserido no mercado de trabalho, pois pelo fato de cumprir uma medida socioeducativa, este indivíduo carrega consigo uma marca diante dos olhos da sociedade, o que faz dele um ser diferente.

Perante aos discursos políticos, a EJA é vista como uma forma de melhoria de vida para os cidadãos, pois facilita o processo de entrada no mercado de trabalho, oferecendo lhes uma melhor preparação e condições de aprimorarem seus conhecimentos. É preciso oferecer aos cidadãos recursos que possam levar a continuidade dos estudos, sendo assim, é preciso pôr em prática esses discursos, já que estamos diante de uma sociedade globalizada, a Educação lhes possibilitará compreender e acompanhar as mudanças provocadas pela modernidade, instigando-lhes cada vez mais ao aperfeiçoamento de sua instrução. Conforme Pinto (2000):

A educação é um fenômeno cultural. Não somente os conhecimentos, experiências, usos, crenças, valores, etc. [...]. Em outras palavras, a educação é a transmissão integrada da cultura em todos os seus aspectos, segundo os moldes e pelos meios que a própria cultura existente possibilita. O método pedagógico é a função da cultura existente. O saber é o conjunto dos dados da cultura que se têm tornado socialmente conscientes e que a sociedade é capaz de expressar pela linguagem. Nas sociedades iletradas não existe saber gratificante conservado pela escrita e, contudo, há transmissão do saber pela prática social, pela via oral e, portanto, há educação. (PINTO, 2000, p. 31).

As Políticas Públicas para a EJA precisam contribuir para a prática educativa; e esta Educação necessita ser compreendida como um meio de contribuir para que as taxas de evasão escolar diminuam com o passar do tempo, a partir do incentivo dos pais para que os filhos se dediquem aos estudos, cumprindo todas as etapas escolares. Cumprindo seu papel de mediadora, a Educação deve incitar à reflexão sobre a atuação do ser humano na sociedade, por meio do posicionamento dos educandos nas discussões democráticas.

Ao entrar em contato com a realidade dos estudantes da EJA, reconhecem-se as inúmeras dificuldades enfrentadas por eles. Segundo Gadotti e Romão (2000), os jovens e adultos

[...] trabalhadores lutam para superar suas condições precárias de vida (moradia, saúde, alimentação, transporte, emprego etc.) que estão na raiz do problema do analfabetismo. O desemprego, os baixos salários e as péssimas condições de vida comprometem o processo de alfabetização dos jovens e dos adultos. Falo “de jovens e adultos” me referindo à “educação de adultos”, porque, na minha experiência concreta, notei que aqueles que frequentam os programas de Educação de Jovens e Adultos são majoritariamente os jovens trabalhadores (GADOTTI; ROMÃO, 2000, p. 31).

No entanto, as políticas educacionais no país não mudaram muito no decorrer dos anos. Para muitos, o ensino na modalidade da EJA não é de boa qualidade, mas, ao frequentar essas aulas, é possível perceber que o trabalho pedagógico do educador em sala faz a diferença para que os

educandos possam progredir futuramente. Incentivando-os, o educador poderá despertar a vontade do jovem ou do adulto de chegar ao Ensino Superior, de definir uma perspectiva de carreira profissional, de especialização, com vistas a alcançar um salário mais digno e condições melhores de vida para si e sua família. Faz-se necessária a implantação de serviços estaduais e municipais para firmar o compromisso de atendimento a esse público, cabendo aos profissionais da área a cobrança de políticas que ofereçam a ampliação de oportunidades educacionais como afirma Amaral (2016).

Para tanto, a essa perspectiva educativa faz-se necessário a profunda e continuada reflexão sobre a função social da escola, sobre as intencionalidades presentes na sua dimensão curricular e pedagógica, bem como nas relações sociais e políticas que se constituem no seu cotidiano. Essa escola não se apresenta essencializada e idealizada nas teses científicas e nos documentos oficiais, mas sim, fundamentada e problematizada por essas referências. Vem sendo, cotidianamente, construída pelos gestores, professores, estudantes, pais e mães, comunidades locais e pelos movimentos sociais. À presença afirmativa e universalizada desses sujeitos no espaço escolar – outrora negada – cabe a permanente problematização, reflexão e o fortalecimento da escola pública como espaço de direito, de contradição e de socialização da cultura (AMARAL, 2016, p. 06).

Desta forma percebe-se que existem várias políticas para a EJA, o que falta é um monitoramento de como esta educação chega aos educandos, se é repassada com qualidade, se alcança as necessidades de cada um, de forma que eleve o cidadão ao crescimento e não a uma simples estatística a ser alcançada. Os motivos para a elaboração de um novo Plano Nacional de Educação (PNE) para o próximo decênio devem-se à falta de acompanhamento do executivo para a consecução das metas do PNE 2001-2010, sendo assim, em 20 de Dezembro de 2010, a Presidente da República encaminhou ao Congresso o Projeto de Lei para aprovação do Plano Nacional de Educação para o próximo decênio 2010-2020. A aprovação deste Plano deveria ser encarada como uma estratégia para a Educação, mas a EM nº 33/2010 com base na estrutura do tripé que seria “Diagnósticos-Diretrizes-Metas” criticou o PNE 2010-2020 pelo fato de uma das bases do tripé o “Diagnóstico” aparentemente não ter sido acompanhada pelo executivo, visto que a mesma era de fundamental importância para o cumprimento das Metas, desta maneira “a Deputada professora Dorinha Seabra Rezende solicitou o envio pelo Ministério da Educação à Câmara dos Deputados do “diagnóstico” da realidade educacional brasileira que fundamenta a proposta encaminhada” PNE, (2014-2024).

Deste modo foi revisto algumas mudanças dentro PNE 2010-2020, tornando assim:

O projeto de lei do Executivo, enviado em dezembro de 2010, previa a aprovação do PNE para o decênio 2011-2020 – o que era, francamente, muito improvável, a não ser que a tramitação nas duas Casas do Parlamento fosse concluída ainda em 2011. Após o término da tramitação, o texto final fez o ajuste, estabelecendo o PNE 2014-2024. Assim, quando a referência for ao projeto do Executivo, será mantida a data do documento oficial, 2011-2010. Quando for à Lei nº 13.005/2014, a referência será 2014-2024 (PNE 2014-2024, p. 14).

Uma das críticas estabelecidas pelo Ministério da Educação (MEC) foi o fato de nas Metas do Plano Nacional de Educação não constar nenhuma estimativa de custos para a Educação de Jovens e Adultos. Após a alteração do PNE 2010-2020, com base na Lei nº 13.005/2014 o que eleva o PNE a (2014-2024), a meta nº 9 deste plano estabelece que deverá alcançar:

Alfabetização da população com 15 anos ou mais / Erradicação do analfabetismo absoluto. Elevar a taxa de alfabetização da população com quinze anos ou mais para noventa e três inteiros e cinco décimos por cento até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em cinquenta por cento a taxa de analfabetismo funcional (PNE 2014-2024, p.34).

No entanto percebe-se que as políticas para a EJA são existentes, o que falta é o uma Gestão participativa que realize acompanhamentos pedagógicos efetivo com base nos conteúdos apropriados a este público. Esta Gestão acontece dentro dos espaços educacionais somente com registros teóricos dos documentos repassados pelo professor à Coordenação, e não de forma presenciada. Dessa forma, a EJA acaba sendo desassistida pela Gestão.

Na atividade de Estágio Supervisionado do curso de graduação, nós, acadêmicas de Pedagogia, tivemos a oportunidade de acompanhar bem de perto este fato. Realizamos o estágio obrigatório de EJA em uma Instituição que oferecia essa modalidade nos Anos Iniciais, a Educação acontecia no período noturno e neste período estavam presentes na escola somente o professor regente e os alunos, por não estarem sendo acompanhados pelo coordenador pedagógico esta situação contribui para que o Ensino chegue aos que buscam com uma qualidade inferior à do Ensino Regular.

Assistindo à reportagem “Um Retrato do Analfabetismo no Brasil” exibida em 2015 no programa Profissão Repórter, é possível analisar a precariedade do sistema em colocar em prática as Metas do PNE 2014-2024. Segundo a matéria, o Brasil tem 13 milhões de analfabetos.

O número representa 8,7% da população acima de 15 anos. Os analfabetos funcionais, que conhecem letras e números, somam 27%. Treze milhões de brasileiros não sabem ler e escrever. O número representa 8,7% da população acima de 15 anos. Isso significa que o Brasil não vai cumprir um pacto internacional de reduzir pela metade o analfabetismo de

adultos até o fim do ano (Edição do dia 21/07/2015 23h09 - Atualizado em 23/07/2015 17h03).

Ao assistir a reportagem percebe-se que realmente as políticas não são vistoriadas, em algumas regiões do país, são totalmente desassistidas o que contribui para um analfabetismo funcional. Compreende-se também que muitos adultos também contribuem para essa problemática na Educação, quando buscam só uma certificação para se colocar no mercado de trabalho devido às exigências que as empresas fazem em estabelecerem uma escolarização em algumas das vagas de trabalho que dispõem ao público.

Com a finalidade de alfabetizar as pessoas de quinze anos ou mais dentro dos espaços escolares estaduais, municipais e centros comunitários em um curto período de oito meses, em 2004 o governo lançou o Programa Paraná Alfabetizado, no programa os agentes mobilizadores iam de porta em porta em busca dos que não eram alfabetizados e ofereciam uma Educação com possibilidades de aprender a ler e escrever em pouquíssimo tempo, o Ensino era Ministrado por profissionais que não tinham formação específica, o que comprometia a qualidade da Educação, o programa teve como chefe do Departamento de Diversidade, o professor Wagner do Amaral uma das referências em EJA no estado do Paraná.

Uma das políticas que o governo criou com objetivo de manter as crianças na escola foi o programa Ficha de Comunicação do Aluno Ausente (FICA) que foi criado pelo Ministério Público Federal, sendo oficializado no Paraná em 2005. O programa tem a finalidade de melhorar a evasão escolar, no qual o professor se torna responsável para agir assim que perceber que o aluno se ausenta das aulas por cinco dias consecutivos ou sete dias alternados no período de um mês. O Programa em parceria com os Conselhos Tutelares, Ministério Público e municípios empenha-se para resgatar estes alunos ampliando as chances do retorno deles à escola de forma a contribuir para a diminuição da evasão escolar.

Outro programa que o governo criou em 2013 foi o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), com o propósito de alfabetizar as crianças até os oito anos de idade para além de somente saber ler e escrever, mas também ser capaz de interpretar textos e fazer contas. A iniciativa partiu após dados levantados do censo 2010, que demonstrou que cerca de 15,2% das crianças brasileiras não sabiam ler e escrever, o que faz com que no futuro essas crianças sejam adultos analfabetos, o programa tem como finalidade diminuir o público de jovens e adultos sem alfabetização. Ao longo dos anos foi possível constatar que com a criação das Políticas Públicas e Programas sociais como o Bolsa Família e Bolsa Escola muitas crianças que se encontravam em

situação de pobreza tiveram acesso à Educação, pois para que a família possa se encaixar no programa, um dos requisitos exigidos pelo Bolsa Escola é a frequência escolar das crianças, mas nem sempre este recurso chega a quem realmente necessita, falta um monitoramento de como esses recursos são distribuídos.

3. METODOLOGIA

Esta pesquisa utiliza um método dedutivo, “[...] que partindo das teorias e leis, na maioria das vezes prediz a ocorrência dos fenômenos particulares” (MARCONI; LAKATOS, 2001, p. 106). Tomando como exemplos estudos que correlacionam a teoria com a prática nas atividades individuais ou grupais, o objetivo:

[...] da Pesquisa Científica não é apenas um relatório ou descrição de fatos levantados empiricamente, mas o desenvolvimento de um caráter interpretativo, no que se refere aos dados obtidos. Para tal, é imprescindível correlacionar a pesquisa com o universo teórico, optando-se por um modelo teórico que sirva de embasamento à interpretação do significado dos dados e fatos colhidos ou levantados (MARCONI; LAKATOS, 2001, p. 114).

A partir da adoção da técnica da pesquisa com dados qualitativos, será possível o aprofundamento do conhecimento, lapidando-se as informações interpretadas através das leituras de forma que se possa compreender como foi e está a Educação de EJA no país, bem como possibilitará validar com credibilidade os resultados da pesquisa apresentando benefícios como;

1. Possibilidade de congregar controle dos vieses (pelos métodos quantitativos) com compreensão da perspectiva dos agentes envolvidos (pelos métodos qualitativos);
2. Possibilidade de congregar identificação de variáveis específicas (pelos métodos quantitativos) com uma visão global do fenômeno (pelos métodos qualitativos);
3. Possibilidade de completar um conjunto de fatos e causas associados ao emprego de metodologia quantitativa com uma visão da natureza dinâmica da realidade;
4. Possibilidade de enriquecer constatações obtidas sob condições controladas com dados obtidos dentro do contexto natural de sua ocorrência;
5. Possibilidade de reafirmar validade e confiabilidade das descobertas pelo emprego de técnicas diferenciadas (OLIVEIRA, 2012, p. 40).

De acordo com informações coletadas com a realização das leituras durante a pesquisa, compreender-se-ão tais processos que levaram à criação das Políticas Públicas para a EJA, levando ao entendimento das possíveis mudanças, e, se estas foram significativas ou não nos últimos anos dentro dos ambientes escolares para os estudantes adultos.

4. ANÁLISES E DISCUSSÕES

Diante das leituras e da análise dos documentos, compreende-se que, para alcançar a erradicação do analfabetismo, a Educação necessita de acompanhamento das políticas e dos recursos tanto para os espaços quanto para os profissionais, já que, além de possibilitar aos cidadãos uma melhor formação para o mercado de trabalho e a valorização de sua autoestima, a EJA pode colaborar para que, no futuro, mais crianças e jovens permaneçam na escola, o que contribuirá para que se diminua a taxa de evasão escolar e de analfabetos funcionais no país.

Nota-se que o Governo implanta políticas e Metas para acabar com o analfabetismo no país, mas ao mesmo tempo ele também colabora para o analfabetismo funcional quando cria programas de provões. O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) deixa aberto esta possibilidade, se o jovem ou adulto tiver idade mínima de dezoito anos, no preenchimento da sua inscrição poderá pedir conclusão do Ensino Médio se atingir uma pontuação conforme é estabelecido pelo Exame, ele com apenas uma prova poderá ter seu Ensino Médio concluído conforme consta na, Portaria Normativa nº - 10, de 23 de maio de 2012.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio desta pesquisa é possível revelar a importância da Educação de Jovens e Adultos no país como melhoria de vida profissional e pessoal da população que almeja aprimorar seus conhecimentos. Espera-se ter compreendido os discursos propostos, as ideologias dos profissionais que atuam com o público da EJA, a manutenção de políticas que reproduzem o fim do analfabetismo, bem como a função social e educacional dos espaços escolares. Cabe aos profissionais direcionar seu trabalho para os educandos, considerando sua história, sua cultura e suas experiências, por meio da problematização de ideias, rompendo com os modelos tradicionais e objetivando possibilitar a esses alunos o desenvolvimento da autonomia intelectual, para se tornarem sujeitos ativos no processo educativo, podendo identificar os discursos veiculados nos conteúdos que fazem referência à EJA, analisando o modo como são desenvolvidas as didáticas e as atividades para o público que busca a Educação de Jovens e Adultos.

Esta pesquisa possibilitou observar e entender o que está estabelecido nas Leis e Diretrizes da EJA, de como esta Educação chega nos espaços escolares e na sociedade, de forma a satisfazer as expectativas dos educadores e educandos. A análise nos deu a oportunidade de compreender os discursos que estão apresentados nos Documentos e programas que são criados com o intuito de melhorar a Educação no Brasil. Constatamos também que, com o acompanhamento dessas políticas e o bom funcionamento dos programas que são criados pelas políticas públicas, em alguns anos não teremos adultos analfabetos, talvez teremos jovens evadidos dos espaços escolares onde o papel da EJA será de não mais alfabetizar, mas sim de fazer com que os adultos concluam seu processo educacional para, por fim chegar ao Ensino Superior.

A pesquisa serviu também para refletir sobre a importância dos profissionais da pedagogia nos espaços educacionais com o público de EJA, e como é fundamental a formação inicial e continuada dos mesmos.

REFERÊNCIAS

AMARAL, W. R. do. Políticas de Educação de Jovens e Adultos no Brasil: conceitos e contextos. **Serviço Social em Revista**, v. 3, n. 1, jul./dez. 2000. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v3n1_educacao.htm>. Acesso em: 11 abr. 2016.

_____. **A Política Pública de Educação e Diversidade da Rede Estadual de Educação do Paraná: Trajetórias e Perspectivas**. 2016. Disponível em: www.bntusina.seed.pr.gov.br/redeescola/escolas/8/240/60/arquivos/File/equipe%20multi/3%20encontro/TextoApoliticapublicadeeducacaoediversidadenoPR2.pdf. Acesso em: 28 ago. 2016.

BEISIEGEL, C. R. A Política de Educação de Jovens e Adultos Analfabetos no Brasil. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade (Org.). **Gestão Democrática da Educação: desafios contemporâneos**. 10.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013, p. 207-245.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 27 dez. 1961, p. 11429. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm>. Acesso em: 28 ago. 2016.

_____. Comissão de Educação. **Plano Nacional de Educação**. Brasília, DF: Senado Federal, UNESCO, 2001. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001324/132452porb.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2016.

_____. Lei nº 9.394, de 20 dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 02 jun. 2016.

_____. **Plano Nacional de Educação 2014-2024**. Brasília, 2014.

CARDOSO, Ruth et al. **Avaliando**. Brasília, DF: Alfabetização Solidária, 2002.

COSTA, L. **Entenda o que é o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa**. 2013.

Disponível em: <<http://portal.aprendiz.uol.com.br/arquivo/2013/01/24/entenda-o-pacto-nacional-pela-alfabetizacao-na-idade-certa/>>. Acesso em: 18 set. 2016.

GADOTI, M.; ROMÃO, J. E. **Educação de jovens e Adultos: Teoria, prática e proposta**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

GOVERNO, Programas do. **Bolsa Escola do Governo**. Disponível em: <<http://www.programadogoverno.org/bolsa-escola-do-governo/>>. Acesso em: 18 set. 2016.

LOCH, J.M. P. et al. **EJA: Planejamento, metodologias e avaliação**. Porto Alegre, RS: Mediação, 2009.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do Trabalho Científico**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

OLIVEIRA, M. M... **Como Fazer Pesquisa Qualitativa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

INSTITUCIONAL PARANÁ ALFABETIZADO. TV Paulo Freire. Vídeo Institucional. Disponível em:

<<http://www.educacao.pr.gov.br/modules/video/showVideo.php?video=15744>>. Acesso em: 17 set. 2016.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares da educação de Jovens e adultos. Curitiba, PR, 2006.** Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/diretrizes/dce_eja.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2016.

PINTO, A. V. **Sete Lições Sobre Educação de Adultos**. São Paulo: Cortez Editora, 2000.

Programa FICA Comigo: **Enfrentamento à Evasão Escolar**/Secretaria de Estado da Educação. – Curitiba: SEED – PR, 2009.

BRASIL TEM 13 MILHÕES DE ANALFABETOS. Profissão Repórter. Rede Globo, 21 de julho de 2015. Programa de TV. Disponível em: <<http://g1.globo.com/profissao-reporter/noticia/2015/07/brasil-tem-13-milhoes-de-analfabetos.html>>. Acesso em: 11 set. 2016.

RIBEIRO, V. M. **Educação de Jovens e Adultos: Novos Leitores, Novas Leituras**. Campinas, SP: Ação Educativa, 2001.

SAVIANI, D. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política**. 32.ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1999.

SOEK, Ana Maria; HARACEMIV, Sonia M. C.; STOLTZ, Tania. **Mediação Pedagógica: na Alfabetização de Jovens e Adultos**. Curitiba, PR: Editora Positivo, 2009.



14º ENCONTRO
CIENTÍFICO CULTURAL
INTERINSTITUCIONAL

“EMPODERAMENTO DO INDIVÍDUO”



UNIDAS, Nações. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em: <http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf>. Acesso em: 25 set. 2016.